

# Editorial

Saiu em 6 de maio no site da BBC: se as empresas fundadas por egressos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts formassem um país independente, esse país seria pelo menos a 17ª maior economia do mundo. Talvez, supondo o mesmo dos egressos de alguma prestigiada universidade brasileira, o país se resumisse a uma camada burocrática.

Em “A Pesquisa Científica e o Interesse Público”, levantamento da situação científica brasileira, o sociólogo Simon Schwartzman adiciona a esse diagnóstico um grão de racionalidade. Para Schwartzman, o ambiente científico brasileiro se caracteriza por (a) discussão estéril sobre se vale mais a pena pesquisa básica ou aplicada, como se uma representasse alternativa à outra; (b) falta de vínculo entre pesquisa, empresas e usuários; (c) animosidade entre pesquisadores e profissionais; (e) desinteresse do setor privado em investir em pesquisa ou utilizar seus resultados; (f) predomínio do investimento público em pesquisa aplicada; (g) a pesquisa se desenvolve prioritariamente em universidades públicas, ou seja, ambientes burocráticos que estimulam os pesquisadores a apresentarem pesquisa básica como se fosse aplicada ou a desenvolver pesquisas aplicadas cujos resultados jamais são postos em prática.

O principal gargalo da ciência nacional estaria na disfunção organizacional representada no item “g”. Medidas de superação desse impasse tendem a centrar-se na constituição de entidades de administração pública indireta e fundacional, e em organizações do terceiro setor. Esse movimento, entretanto, às vezes ocasiona intensa politização, acinzentando ainda mais a percepção dos resultados da pesquisa.

Em contrapartida, o quadro científico em países desenvolvidos não é totalmente diferente do brasileiro em termos de financiamento, mas é radicalmente diverso em seu aspecto organizacional. Embora a pesquisa nos Estados Unidos seja financiada pelo setor privado, a compra de seus resultados é papel incontestável do setor público da área médica e militar. Esse destino “certo” do produto viabiliza o investimento privado, sempre cioso de retorno.

A ciência nesses países se beneficia de uma estrutura organizacional que entrelaça pesquisa básica, pesquisa aplicada e inovação. Não há, por exemplo, centros universitários que desenvolvem o conhecimento científico puro e centros tecnológicos que convertem esse conhecimento puro em aplicações. Essas operações guardam certa simultaneidade, não raro se concentrando num mesmo pesquisador que expande seu projeto em empreendimentos privados financiados por capital de risco.

Convidamos a comunidade acadêmica a arriscar experimentos organizacionais mais capazes de promover o progresso das comunidades que são privilegiadas pela presença de estruturas burocráticas conhecidas como institutos e universidades públicas. E, claro, comunicar seus achados em periódicos como a Revista Agrogeoambiental, que possui ISSN impresso e eletrônico, ou seja, é distribuída adequadamente em impresso e em meio on-line.

**Boa leitura!**